

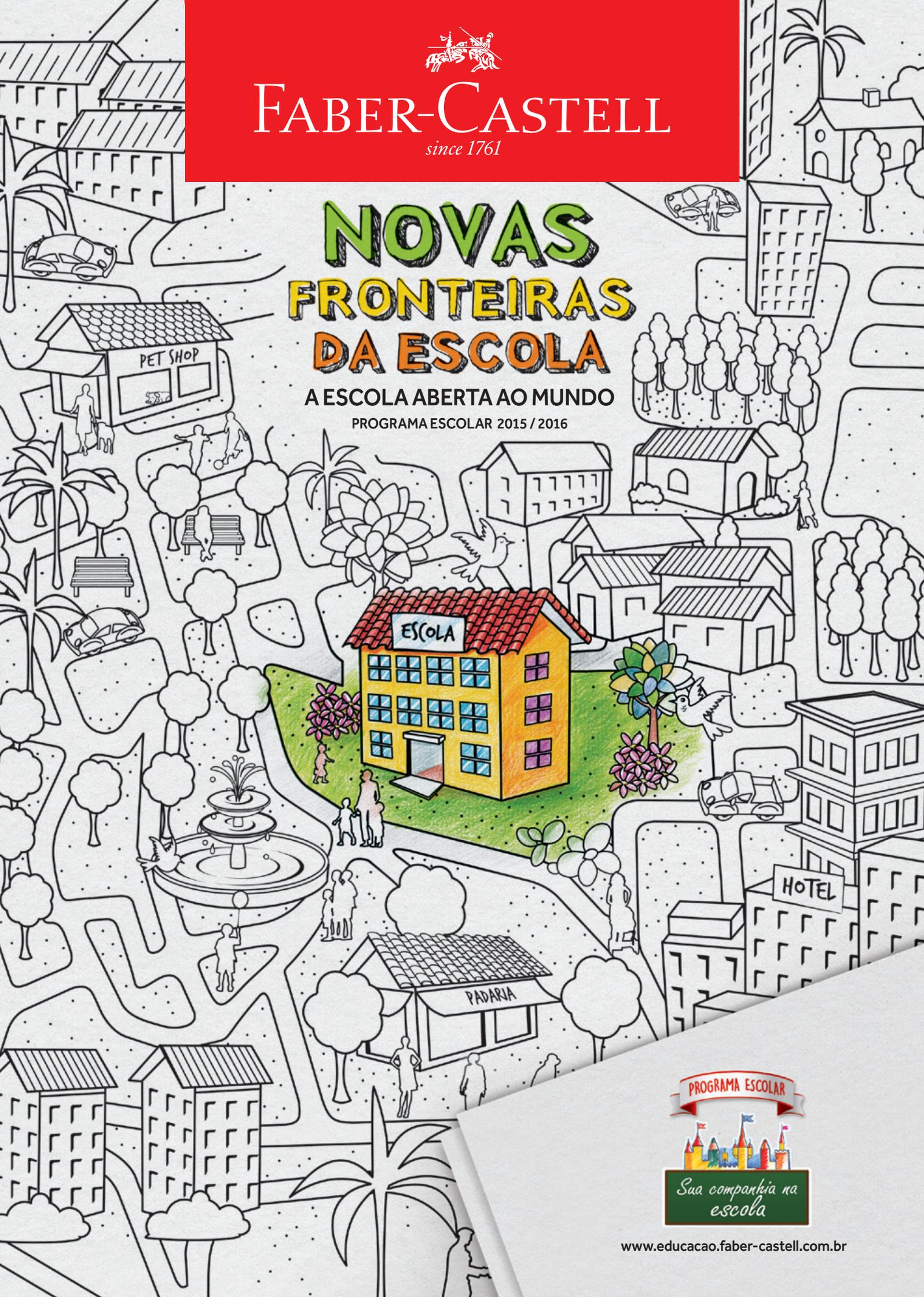


FABER-CASTELL
since 1761

NOVAS FRONTEIRAS DA ESCOLA

A ESCOLA ABERTA AO MUNDO

PROGRAMA ESCOLAR 2015 / 2016





Caro (a) Educador (a)

Você está recebendo mais um material especialmente produzido pelo Programa Escolar, da FABER-CASTELL. Ele foi planejado e escrito para expor ideias a serem refletidas por todos que atuam na área da educação. Não tem pretensão de fornecer diretrizes ou desmistificar equívocos. Pretende ser útil para os educadores porque trata de assuntos diretamente relacionados à educação e à sua prática nos dias atuais, e que merecem ser compartilhados por todos que estão na escola.

Com este material, a FABER-CASTELL quer também reforçar a importância e o valor que os educadores devem ter para um país. Chamamos de educadores todos os profissionais que trabalham com educação. Em especial os professores que todos os dias recebem crianças que vão à escola para entender o mundo e também para serem felizes.

A FABER-CASTELL tem por princípio estimular a formação do indivíduo e inspirar a expressão de sua identidade. No seu Programa Escolar, com quase 20 anos de existência, que passou por muitas transformações, materializa junto aos educadores esses valores. Desde 2010 vem realizando, além da produção de materiais impressos para os educadores, encontros por todo o Brasil para dialogar com aqueles que fazem a educação acontecer no seu cotidiano. Em 2014, por meio desses encontros, a empresa conseguiu dialogar presencialmente com mais de oito mil educadores de todas as regiões do país.

Partindo do *slogan* atual da FABER-CASTELL **"ideias feitas à mão"**, a proposta para o Programa Escolar de 2015/2016 é ampliar o conceito de educação para além da escola e de dar o sentido de transformação e de participação, na perspectiva de que cada um pode mudar seu mundo e criar um espaço de convivência pública que respeite e ensine a todos. Algo que é feito coletivamente e que se transforma com o tempo. É assim que a FABER-CASTELL entende a educação: como uma tarefa a ser compartilhada entre a escola, as famílias dos alunos, além de muitos outros agentes que podem formar um sistema educativo para transformar as escolas e as cidades em ambientes amigáveis, de cidadania inclusiva, de coesão, sustentabilidade, em torno da educação para a paz.

Este material intitulado **"novas fronteiras da escola"** está articulado com as propostas anteriores que a FABER-CASTELL produziu para o Programa Escolar. Esperamos que ajude os educadores de todo o Brasil a desenvolverem ideias e projetos que coloquem a escola junto às demais "redes" educadoras e, assim, reconfigurar novas fronteiras para que todos os territórios sejam lugares de aprender.

Assim é o Programa Escolar, que prioriza a educação tratando de temas contemporâneos em uma perspectiva de futuro, porque educar é fazer algo pelo "dia de amanhã." E o fazemos no presente porque é quando somos chamados a intervir para condicioná-lo.

A FABER-CASTELL acredita que a sociedade tem responsabilidade com o futuro da educação, e o que vier a ser este tempo que está por vir será o que estamos fazendo hoje. Boa leitura!

Sumário

Aqui e lá	06
Que mundo é este?	07
A cidade em que vivemos	08
Assim fica difícil ser criança	08
A cidade pode ser educadora	10
Para onde caminha a escola?	13
Ser professor	14
Ser estudante	15
Ser família dos estudantes	16
O que anda acontecendo por aí	18
Os 4 Pilares da Educação	21
Inspirações para serem colocadas em prática	29
Possibilidades de futuro para a escola	32
Fechando nossa conversa para gerar sonhos	34
Para seguir aprendendo	36
Ciclo do EcoLápis	38



Aqui e lá

O Programa Escolar da FABER-CASTELL pretende estabelecer o diálogo e o intercâmbio com os educadores brasileiros sobre as diversas concretizações do que vem a ser educar. Nos últimos anos trabalhamos com o tema “Tempo de Aprender”, discutindo sobre a qualificação do **tempo** como base para aprender, defendendo e divulgando o Movimento *Slow* - proposta que defendemos em 2012, quando mostramos que o mundo acelerado em que vivemos está deixando a todos adoecidos e sem tempo para aprender. Por isso, qualificar o tempo foi a recomendação.

No ano seguinte, 2013, entendemos que após a defesa pela desaceleração da vida e da escola, e para poder viver e aprender melhor, inclusive defendendo o conceito de que “o menos vale mais”, foi importante introduzir outro tema complementar. Assim, abordamos a **criatividade**, destacando a importância de sermos criativos para saber viver no mundo contemporâneo frente aos desafios que enfrentamos no dia a dia. Defendemos a escola criativa em que a criança possa se expressar com autonomia, no seu tempo, seu ritmo, como um sujeito pleno e com todo o potencial para aprender.

Com o tempo qualificado e a criatividade refletida e conquistada, em 2014 trouxemos a discussão para a **diversidade** como pauta dos nossos estudos, dando destaque para um tipo de diversidade: a intergeracional. Queríamos que todos os educadores pensassem que podemos aprender em todas as idades, e com todas as idades misturadas. Mostramos que a interação entre idades diferentes reforça a constatação de que todos têm a ganhar, porque assim é a vida fora da escola.

Neste percurso de aprendizagem que estamos

traçando no Programa Escolar, podemos agora avançar para a **participação**, somando educação, cultura e cidadania, ampliando o conceito de espaços de aprender para além da escola. O ponto de chegada é focar na ideia de que todos podem ter ideias que melhorem a vida da coletividade, esteja ela em um grande centro ou numa pequena cidade. É possível transformar e construir cidades mais humanizadas, tendo como base o trabalho educativo. Para isso acontecer, é necessária a interação entre pessoas, empresas, associações ou grupos de qualquer tipo que convivem no espaço urbano, para ampliar a capacidade educativa. Acreditamos que a escola é um importante espaço para inserir os alunos no desafio de exercerem seu papel de cidadãos em todas as idades e nos espaços para além da escola.

Estamos vivendo uma fase de transição, na qual caminhamos para o fechamento de um ciclo que se consolidou com uma determinada concepção de escola, com uma determinada organização, estrutura curricular e relação entre seus sujeitos. A educação escolarizada como se apresenta hoje não nos servirá para o futuro. A educação do futuro dependerá decisivamente de como responderemos às mudanças originadas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, dentro e fora das escolas, e pelos modelos de convivência que adotarmos para uma vida coletiva que deverá ser 100% urbana. Portanto, precisamos com urgência discutir a vida na escola e para além dela, para potencializarmos seu papel compatível com o seu tempo.

O que trazemos aqui é resultado de muitas reflexões, estudos e debates, além de muitas dúvidas para compartilhar com todos os interessados, porque quem não tem dúvidas está estagnado.

Que mundo é este



O mundo está cada vez mais complexo. O contexto contemporâneo é de massificação crescente e complexificação dos problemas da vida cotidiana. Estamos, também, cada vez mais conectados e sobrecarregados pela falta de tempo. É como se viesse em nossa direção um trem desgovernado, numa velocidade crescente e que nos obriga a mobilizar toda a nossa energia com finalidades cada vez mais inúteis. Com mais da metade da população mundial residindo em áreas urbanas, constatamos que este é um cenário onde se manifestam diversas crises com repercussões em todo mundo, cujos efeitos acentuam situações de discriminação e exclusão de toda ordem: social, econômica, de gênero, étnica, religiosa ou em grupos mais vulneráveis como as crianças, os idosos e pessoas com necessidades especiais.

As cidades estão também cada vez mais conectadas e ganham relevância em um mundo globalizado, em função das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), transformando radicalmente a

vida das pessoas. As TICs, embora sendo importantes meios de integração e acesso ao conhecimento, podem ser também um instrumento de controle e fonte de desigualdade.

Sobreviver neste mundo significa buscar mais qualidade de vida e um dos caminhos é por meio da educação. Para isso é fundamental que todos os agentes sociais cumpram sua função educativa: a cidade, a escola, as famílias, os professores, os estudantes.

Embora reconhecendo o papel central que possuem as administrações públicas locais, na sua função de gestoras de políticas inclusivas e de participação cidadã, não vamos desenvolver neste material aspectos que abordem este segmento, porque não é o foco do nosso trabalho.

Nossa preocupação é discutirmos as redes de colaboração e formação que podemos desenvolver que fomentem a participação de todos, e que não se limitem à infância e juventude, nem à escola. É a educação na centralidade que se estende ao longo da vida.

A cidade em que vivemos

Hoje podemos dizer que a cidade é mais importante do que a nação, porque o sentido de nação é mais abstrato. As cidades parecem mais próximas. São identificadas com a nossa luta diária, e seu impacto também é diário.

Toda cidade contemporânea gera no seu interior uma complexidade advinda da quantidade de pessoas que nela habita e dos problemas daí decorrentes. O modelo de urbanização se expande para todas as sociedades. Hoje, 54% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que deve chegar a 66% em 2050, como informa a Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, o Censo 2013 (IBGE) mostra que a população está cada vez mais urbanizada. Atualmente, são 84% da população que vivem em área urbana.

Com tanta gente se deslocando, a cidade deixou de ser um lugar de encontro e intercâmbio entre as pessoas. Deixou de ser um lugar compartilhado e sistêmico, no qual cada parte se agrega à outra, para ser lugar de espaços definidos por funções e classes sociais diversas. Passou a se constituir por zonas privilegiadas e por zonas periféricas. As cidades ficaram barulhentas e perigosas. Assim, foram perdendo suas características originais.

Mas a cidade educa. Por suas ruas circulam modos de comportamento, valores cívicos e morais, estilos e modos de vida, práticas culturais elaboradas. Ela é produto e, fundamentalmente, processo, experiência e produção de conhecimento. Por isso é uma grande fornecedora de conteúdos curriculares.

Observe, quando estiver andando a pé pela cidade, a quem ou o quê ela privilegia. Em termos de mobilidade, os automóveis têm a prioridade nas principais cidades do Brasil. Se focarmos nos seres humanos, será fácil constatar que a escolha pelo cidadão adulto trabalhador predomina, porque ele tem pressa e está ocupado. Este é um parâmetro de desenvolvimento.

E as crianças? Por onde andam as crianças que já não mais estão nas ruas do Brasil? A criança urbana é a principal vítima da segregação socioespacial. Elas estão vendo a vida pela janela de algum veículo. A cidade é apenas o lugar de passar e não de ficar. Não existem espaços públicos com segurança adequada para as crianças. Nem nas calçadas, praças ou nos jardins. As crianças brasileiras de classe média e alta têm marcada a crescente ausência de autonomia em relação à mobilidade nos meios urbanos. Já as crianças dos grupos populares exploram as ruas e espaços próximos de suas moradias, que se constituem

em territórios infantis por onde elas exercem um significativo domínio, porém, somente nesses espaços mapeados, que são geralmente excludentes.

Examinando o que é oferecido, em termos de equipamentos públicos especialmente planejados para os pequenos, podemos concluir que são espaços que cerceiam e isolam a criança. Equipamentos que determinam como se movimentar e o que são capazes de fazer. Não é necessário que se criem espaços especiais para elas, da perspectiva do adulto. As crianças têm o direito de ter suas próprias experiências em ambientes comuns a todos. Portanto, uma cidade sem crianças nas ruas é uma cidade pior. É uma cidade feia, insalubre e perigosa.

Assim fica difícil ser criança

As crianças vão diariamente à escola. Mas o que acontece depois que saem? Ou antes? Uma vez que as crianças não passam todo tempo do dia na escola, o que têm para nos contar acerca do que fazem antes e depois das aulas?

É comum ouvirmos dos pais que seus filhos nada comentam sobre o que fazem na escola. E por que comentariam, já que não são donos do seu tempo? Quando estão na escola, ela os mantém permanentemente ocupados, e quando estão fora da escola, usam seu tempo com outras atividades que os pais planejaram para eles, como aulas de línguas estrangeiras, esportes, música e outras tantas. Se estiverem em casa, passam o resto do tempo diante da televisão ou então do computador. Além, é claro, dos deveres escolares que os impedem de ter tempo livre, e que muitas vezes estressam até as famílias. Com uma vida assim, o que teriam os filhos para contar para seus pais? O que fazem ao longo do dia é exatamente igual ao que fazem seus amigos. O que quer dizer que não têm experiências de autonomia e liberdade. Assim, as crianças nada têm a contar: nem para seus pais, nem nas redações da escola. Tudo está sob o controle e orientação dos adultos.

A vida da criança contemporânea está homogênea. Tudo igual: mesmos amigos, mesmos lugares, mesmas atividades. Tudo monitorado pelos adultos. Não anda na rua sozinha. Não descobre o mundo de forma autônoma. Tudo é previsível e "agendável". Se tudo segue igual, não poderá desenvolver estratégias de descoberta do outro, nem a capacidade de desfrutar



vitórias, suportar humilhações e derrotas. Se tiver todas as suas necessidades atendidas e se não correr riscos, com o tempo, já na pré-adolescência terá acumulado uma necessidade de risco, de obstáculo, que poderá ser perigoso no sentido de entrar em aventuras que coloquem em risco sua integridade. Por isso, sabemos que a má educação na infância não é apenas a falta de limites, mas a ausência de autonomia.

Além desta homogeneização da vida, a criança está sem tempo para ficar à toa. O tempo livre é fundamental para brincar. Porém sem tempo, não brinca, ainda que possua muito brinquedos e aparelhos eletrônicos. Ou até por isso. Brincar não pode ser algo acompanhado pelo adulto. Para brincar é preciso ser "deixado". Sem brincar a criança não cresce bem, nem sob o aspecto cognitivo, nem social, emocional ou físico. Sem esta base, este fundamento que a brincadeira promove não constrói a si mesma. Se não brinca, não será uma boa cidadã. Na defesa do tempo para brincar podemos afirmar que o brincar provê um forte alicerce para o desenvolvimento intelectual, além de afastar o estresse e a ansiedade. Também é uma importante fonte para exercitar a criatividade, abrindo novos caminhos ao aprendizado. Serve, também, como veículo para o desenvolvimento emocional e para o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais.

Agora vejamos o que os grandes pensadores nos ensinaram sobre a importância do brincar:

J. Piaget (1896/1980) mostrou que a criança é

essencialmente curiosa e não pede autorização para aprender. Ela cria hipóteses e é ativa na construção do pensamento. Ele nos alertou que a atividade lúdica é a base das atividades intelectuais da criança sendo, por isso, indispensável à prática educativa.

L. Vygotsky (1896/1934) derrubou o mito de que a brincadeira é oposta à aprendizagem. De acordo com as suas pesquisas, ao brincar, a criança assume papéis e aceita as regras próprias da brincadeira, executando, imaginariamente, tarefas para as quais ainda não está apta ou não sente como agradáveis na realidade.

D. Winnicott (1896/1971) reforçou a importância do brincar e dos primeiros anos de vida na construção da identidade pessoal. Para ele, a criança joga (brinca), para expressar agressão, adquirir experiência, controlar ansiedades, estabelecer contatos sociais e por prazer.

W. Benjamin (1892/1940) destacou que a essência do brincar não é um "fazer como se", mas um "fazer sempre de novo", transformação da experiência mais comovente em hábito.

Então, para conservar a curiosidade, a imaginação e a transgressão, a receita é brincar sempre.

O que defendemos é o respeito à criança como sujeito do seu tempo. Mas queremos alertar que isso não significa que o adulto, ao sentir-se encantado por ela, fique imobilizado apenas aplaudindo o que ela faz. É preciso estar sempre em diálogo com a criança. É olhar com sensibilidade, mas com competência para captar sua singularidade. É uma relação de reciprocidade, que pede escuta, acolhimento e respeito.

A cidade pode ser educadora

Imagine se as crianças pudessem voltar a caminhar sozinhas pelas ruas. Imagine se a cidade fosse segura e pudesse garantir às crianças o direito de desfrutá-la com autonomia. Brincar, circular e ficar na rua. Um sonho? Não, há cidades que conseguem ser assim. E isso não é volta ao passado e nem estamos falando de locais provincianos. Estamos falando que isso já está acontecendo em muitos países pelo mundo, mostrando que é possível construir uma cidade diferente das que vivemos. Só precisamos de uma dose de imaginação e determinação, para termos coragem de agir para mudar a vida das crianças e, assim, combater a vida opressiva das cidades que não são o que desejaríamos que fossem.

Para concretizar tal iniciativa é preciso contar com aliados, como por exemplo: a administração pública precisa se comprometer garantindo melhorias na segurança dos percursos, considerando as propostas que as crianças são capazes de criar. Outros aliados importantes são os pediatras, que podem ajudar as famílias a compreender o quanto é importante para as crianças ter tempo livre para se movimentar com autonomia. Também os comerciantes, que podem colocar seus estabelecimentos como ponto de apoio oferecendo telefone, banheiro e cuidado quando estiverem circulando pelas ruas. Os adultos poderiam ajudá-las a atravessar as ruas e apoiá-las no que for necessário. Em síntese, ser uma cidade que observa a vida, que está atenta às suas crianças e que cuida de todos os cidadãos independente da idade que possuam. Uma cidade educadora!

É preciso ter coragem de pensar em outras possibilidades de vida, como uma cidade capaz de acolher suas crianças, mesmo que a escola não esteja presente. Uma cidade que lhes permita, acima de tudo, brincar com seus amigos onde queiram, sem normas ou perigos. Que permita a todos os cidadãos, inclusive os pequenos, percorrer suas ruas e utilizar seus espaços públicos sem medo. As crianças e jovens precisam ser enxergados como cidadãos de direito, participando ativamente da gestão, da manutenção e do planejamento dos espaços públicos.

Um caminho de inspiração desta perspectiva pode ser a experiência da Associação das Cidades Educadoras, que em 2014 comemorou 20 anos

de criação, e apresentou como Declaração ao XIII Congresso Internacional de Cidades Educadoras um texto do qual selecionamos alguns princípios para melhor entender o conceito de que as cidades podem ser educadoras e, assim, entender que a tarefa de educar é mais ampla e vai além da escola.

Uma cidade com um sentido educativo na sua centralidade defende os seguintes valores:

- Incentiva as formas de interação entre as comunidades educadoras, especialmente entre a escola e a família;
- Potencializa a formação de professores e de pais;
- Combate estereótipos estigmatizantes que dificultam a boa convivência e a coesão social;
- Favorece a integração entre as escolas situadas em diferentes localidades, com a finalidade de fortalecer o sentimento de pertencimento na cidade e a solidariedade entre grupos sociais e culturais que habitam em regiões diferentes;
- Cria espaços para cultivo do pensamento divergente, da linguagem criativa por meio da experimentação, discussão e debate da vida pública;
- Promove sinergias entre instituições de ensino superior, centros de investigação, centros de formação e escolas para a criação de espaços ricos de oportunidades de aprendizagem para todos.

As experiências que foram apresentadas durante o congresso realizado em Barcelona, em 2014, que contou com a participação de representantes de 189 cidades de 34 países, comprovaram que as cidades mais humanizadas e que desfrutavam de melhor qualidade de vida eram aquelas que promoviam atitudes de solidariedade, respeito e interesse pelo bem comum e entre todas as pessoas.

A escola no Brasil precisa participar do entendimento da cidade como um espaço para aprender e conviver. Para isso necessita mudar sua perspectiva. A cidade que a escola mostra para os alunos é aquela da excursão escolar, com saídas pontuais, estudo e exploração por meio de um roteiro orientador para voltar para dentro das paredes da escola. É o currículo encerrado e imóvel.

Então estamos falando de duas abordagens complementares fundamentais para a escola repensar o seu papel e criar uma nova organização frente às demandas do mundo contemporâneo. A escola

como está hoje, não mais existirá daqui a dez anos, com certeza. Precisar-se-á abrir e romper seus muros. Sozinha não será capaz de educar porque sua importância social mudou radicalmente. Ela já aprendeu que quem faz tudo, na verdade não faz nada. Novas formas de aprender para além da escola já se colocam como fato, como as Cidades Educadoras. A escola precisa se abrir para novos horizontes, outros ambientes de aprendizagem, que exigem a colaboração de toda sociedade. Estamos falando de compromisso com a cidadania, que envolve responsabilidade e cuidado.

Outra abordagem diz respeito também à quebra da materialidade física da escola, que tem na cidade um campo importante de experiências, mediante as quais o sujeito constrói e desconstrói significados em relação à cidade, que concebe o sujeito como um aprendiz, que tem uma forma particular de ser cidadão. É essa experiência que se transforma em “materiais curriculares”.

A escola, assim como a família, faz parte de um sistema educativo mais amplo, no qual todos estão inseridos. A escola tem como desafio entender seu papel na contemporaneidade, abrindo-se para sua participação neste processo educativo mais amplo que tem na cidade sua expressão mais concreta.



Para onde caminha a escola

Vejamos um pouco de história para nos situarmos no passado e podermos melhorar o presente. Primeiro é preciso reconhecer que a escola não havia sido de todos no passado, não é no presente e terá que fazer um grande esforço para ser no futuro. Isso implica em refletir sobre sua própria sustentação.

A escola do passado era uma escola que tinha como dever ser complementar a educação garantida pelas famílias. Tratava-se de uma escola de transmissão e repetição, que se baseava no critério da uniformidade. Era uma escola pobre do ponto de vista cultural. Aqueles que eram nascidos de famílias humildes estavam predestinados a repetirem os ofícios e trabalhos limitados de seus pais. Por mais que começassem os estudos, logo se veriam diante da necessidade de interrompê-los em razão de vários obstáculos, sendo o maior deles o fato de não entenderem o que era ensinado.

Quando a escola era a única forma de transmitir conhecimentos, o mais importante era selecionar bem o currículo e transmiti-lo com rigor. Mas o tempo passou. Hoje a escola tem que oferecer critérios para que os alunos saibam onde encontrar as informações e, sobretudo, para que saibam discernir o conhecimento rigoroso daquele que está corrompido por interesses econômicos, políticos, comerciais ou religiosos.

A grande revolução democrática da segunda metade do século XX, depois da Segunda Guerra Mundial e das grandes ditaduras, garantiu a todas as crianças o direito à educação. O Brasil somente universalizou o acesso à educação fundamental (meninos e meninas de 7 a 14 anos) no final dos anos de 1990. Apesar de tudo, a escola não foi capaz de se transformar de forma coerente e, embora atenda à maioria das crianças, continua sendo, em sua essência, uma escola para poucos. Todo mundo tem acesso a ela, mas somente poucos conseguem aproveitar a oportunidade que a escola deveria representar para todos. E aqueles que não a acompanham, acabam desistindo da jornada por diferentes razões.

A escola hoje vive um tempo de mal-estar social. Não é apreciada pelos alunos. Também não é

apreciada pelas famílias, que questionam sua estrutura e forma de trabalhar. Os professores também se ressentem da escola, que produz doenças laborais e que cobra muito, oferecendo pouco. Sem falar da sociedade, que acaba por acusá-la de não preparar os cidadãos dos nossos dias de forma atualizada para as profissões modernas.

No entanto, nem tudo deu errado, ou somente mereça críticas. A escola como dispositivo educacional contribuiu com alguns aspectos que merecem ser destacados, como por exemplo: facilitou o acesso a uma informação selecionada e a alguns conhecimentos básicos; possibilitou vínculos entre iguais nos espaços onde a escola era o único espaço em que jovens e crianças, de distintos grupos sociais, podiam encontrar-se; favoreceu a coesão social e, em certas ocasiões, a mobilidade social.

Se por um lado a escola desenvolveu aspectos relevantes, outros aspectos exigem revisão e mudança, como, por exemplo: a fantasia de que tudo pode ser controlado e medido; a expectativa de que os estudantes sejam o que não são; a falta de imaginação pedagógica para criar. E a lista vai longe...

Hoje sabemos que acabou o tempo da escola que tomava para si todas as responsabilidades, que se propunha a resolver todos os problemas, inclusive aqueles que não tinha condições de resolver. A escola começa a entender que não pode mais assumir para si todas as missões sociais. Somente assim não estará mais sozinha. Porém, é necessário que esteja inserida em outro modelo de coletividade educadora, para que não venha a sucumbir.

A escola do século XXI será mais simples, mais capaz e mais competente para a aprendizagem. A pedagogia necessária é da relação, do diálogo, do viver em paz, que significa mais que ter conhecimento e criatividade. Também viver em paz com o planeta Terra, combatendo o consumo frenético dos recursos naturais, buscando assim novas formas de viver. E seus sujeitos também precisarão de um novo olhar frente aos desafios da contemporaneidade. Estamos falando do professor, dos estudantes e das suas famílias.



Ser professor

Até hoje os governantes, assim como os especialistas, acreditaram que poderiam resolver os problemas de desajustes ou defasagens da escola com leis, programas, ou materiais. Acredita-se que se faz uma escola “melhor” aperfeiçoando livros didáticos, mantendo as crianças mais tempo na escola, implantando sistemas de avaliação complexos que determinam o que ensinar, incluindo novas disciplinas, ou ampliando os conteúdos a serem ensinados, sem falar na diversidade das tecnologias. Mas a realidade demonstra que os resultados são sempre insignificantes. O direito a que todas as crianças tenham uma boa escola implica diretamente em ter bons professores. Por isso, é importante reconhecer a autonomia e a centralidade dos professores como peça principal de qualquer mudança.

Não basta exigir tudo dos professores. Eles precisam de valorização, competência e prestígio profissional. É preciso oferecer condições que assegurem seu desenvolvimento profissional permanente. A formação continuada competente se dá por meio do trabalho em equipe, porque o professor, sozinho, reforça a cultura individualista. Esta formação precisa estar organizada, nas escolas, em torno de uma reflexão conjunta dos professores sobre o próprio trabalho. É necessário refazer sua identidade profissional com ousadia, para desconstruir aquilo que foi feito séculos atrás. E é preciso coragem para mudar e combater o imobilismo.

Se estudarmos os modelos de educação escolar mais bem sucedidos do mundo, verificaremos que seu sucesso é proporcional ao investimento feito com os professores.

Na Itália, a escola infantil alcança os primeiros lugares nas classificações internacionais. Professores de Reggio Emilia, Pistóia, Arezzo e de Livorno são referência para o mundo, e sabemos que tal destaque advém dos ciclos formativos dos quais fazem parte. Lá os professores tomaram consciência de que sua formação era insuficiente para enfrentar os desafios para a grande tarefa que tinham, e buscaram saídas. Somando-se a isso, as cidades investiram de forma decisiva em dotar as escolas de profissionais especializados, oferecendo aos educadores formação continuada de alto nível.

Outro exemplo é a Finlândia, onde todos os alunos aprendem bem, como demonstram as avaliações internacionais. Ser professor lá é uma profissão

de prestígio e muitos jovens aspiram ser, porém existe um rigoroso processo de seleção. Os professores têm um alto grau de autonomia e desfrutam de políticas de desenvolvimento profissional antes de ingressarem em suas carreiras. São consideravelmente bem remunerados e altamente comprometidos com seu trabalho e carreira.

Sabemos que todas as mudanças necessárias que exigem um novo modelo de contrato social para a escola requerem uma mudança radical na forma de ensinar, porém, não tornam o professor menos importante, ou excludente. Ao contrário, será cada vez mais necessário, na medida em que transformar sua forma de ensinar ultrapasse os muros da escola, e que se passe a entender que se aprende de múltiplas formas.

Porém, para esta transformação, é necessário que o professor se coloque no lugar de aprendiz, aquele que aprende quando ensina e que se sinta “tocado”, isto é, que encontre espaço para que sua experiência se converta em fonte de saber. Um saber que vai além da ação imediata, que seja transformador para ele e para a comunidade. Sem limites para aprender, guiado pela curiosidade e pelo desejo de continuar aprendendo – com seus colegas, com as famílias e com os estudantes.



Ser estudante

Aprender é um direito universal. E aqui não vamos tratar do que significa aprender, porque já desenvolvemos este assunto em materiais anteriores do Programa Escolar da FABER-CASTELL. Vamos tratar do papel dos estudantes de uma perspectiva cidadã. Entendendo que, antes de serem estudantes, são pessoas que têm direito ao espaço coletivo e aos espaços próprios em que possam viver a infância e a juventude com liberdade e expressividade.

Todo aluno quer aprender quando é orientado adequadamente, quando lhe explicam o que precisa superar. É necessário para isso um sistema educativo que tenha o aluno no centro de suas preocupações e que objetive a equidade e a qualidade da educação para todos.

As crianças pequenas, quando se tornam estudantes, desafiam a escola a respeitar o tempo em que vivem, ou seja, a infância. Hoje debatemos o risco da escolarização precoce e suas consequências prejudiciais em todos os sentidos. Escola para os pequenos, para que possam aprender a ser estudantes, precisa ser um ambiente saudável, rico de desafios, que tem a brincadeira como foco. As escolas mais valorizadas, que respeitam as crianças, são aquelas em que bebês e crianças aprendem em contato com a vida real, em contextos estimulantes nos quais possam resolver problemas e desenvolver a curiosidade. As crianças têm um repertório de informações que dialoga com outras informações. Cabe ao educador, por meio do olhar empático, ficar atento às suas brincadeiras.

Falamos muito de crianças, mas falamos pouco com elas. Porém, se não formos capazes de ouvi-las não seremos capazes de dialogar. Daí a importância da escuta, e a estratégia para isso é a observação acompanhada do registro, que é fundamental para tornar as crianças visíveis e fazer uma escola

compatível com a sua curiosidade e conectada com os espaços da cidade.

Crianças aprendem na escola e também na rua, observando a natureza, caminhando nas calçadas, brincando em parques abertos, convivendo com a comunidade em torno da escola e com a cidade como um todo. Precisamos com urgência reaver os espaços

que oferecemos às crianças neste lugar chamado escola e ter coragem de transformar o currículo para algo vivo, incompleto, em que elas possam aprender muito, e que seja com os conteúdos essenciais.

Se a escola precisa ficar atenta ao trabalho que desenvolve com as crianças pequenas, com os alunos maiores o desafio não é menor. Os nascidos após 1990 cresceram imersos na tecnologia em um grau sem precedentes e são educados na escola por uma geração radicalmente diferente. Essa nova geração espera que tudo na vida seja rápido, eficiente e funcional. Tudo que desejar deve estar imediatamente disponível. Também espera que se diga o quê fazer, como fazer, como se a forma da vida funcionar fosse um aplicativo digital. Na verdade, os aplicativos afetam em todos os aspectos a vida dos jovens. Não há tempo para explorações de alternativas complexas. Tudo é para já. Como torná-los estudantes cumprindo um currículo linear e extenso?

Os jovens de hoje são menos propensos a correr qualquer tipo de risco. Para qualquer tarefa dada esperam que se diga o que fazer. O desafio é fazê-los entender que nenhuma vida pode ser completamente planejada. Afinal, sempre existem acidentes, perdas, frustrações e redirecionamentos. Se esperam que tudo aconteça como num passo a passo de um aplicativo, estarão completamente despreparados para a vida. A nós, educadores, cabe saber combinar as funcionalidades da tecnologia com as virtudes da tradição.

Talvez (porque não dá para ter certezas) o caminho seja planejar ações em que possam desenvolver um roteiro de sua autoria, nas diversas situações de aprendizagem propostas pelos professores. Significa ensiná-los a serem estudantes. Tarefa na qual poucas escolas investem e que é fundamental. Não é porque

estão na escola que se tornam estudantes. Isso é uma competência que se ensina, começando pelo entendimento de que são produtores de conhecimento. São capazes de produzir teorias, posicionar-se criticamente sobre tudo. É a formação da postura intelectual que precisam aprender a ter e exercitar com autonomia para poder ajudá-los a aprender.

Ser família dos estudantes

Em 2014, viajando de norte a sul do Brasil, em contato com educadores nos encontros do Programa Escolar da FABER-CASTELL, perguntamos aos participantes: qual o maior problema que a sua escola enfrenta hoje? Embora seja difícil apontar apenas um, há um assunto que tem a unanimidade: as famílias dos alunos. Por quê? Falta de apoio ao trabalho da escola; falta de credibilidade sobre o trabalho escolar desenvolvido; falta de participação nas atividades da escola; falta de limites para os filhos; falta de autoridade... E a lista segue enorme.

Uma queixa que aparece em todos os tipos de matérias midiáticas e nas reuniões das escolas é a dificuldade dos pais em controlar seus filhos. A falta de limites é destaque. É claro que é reflexo da falta de legitimidade que os pais têm hoje enquanto autoridade, que nada tem a ver com autoritarismo. Passamos de um tempo em que as relações familiares eram hierarquizadas, com papéis definidos de quem tinha autoridade para mandar e quem deveria obedecer, para novas configurações familiares em que a pirâmide se desfez e as relações aparecem na horizontal, onde não existem posições diferentes, as quais anteriormente conferia aos pais a autoridade.

Os papéis se confundem. Hoje virou cena comum, quando os pais levam seus filhos pela primeira vez à escola, que a criança passe bem mas os pais choram e ficam apreensivos. Com frequência, o momento da adaptação está sendo mais difícil para os pais e menos para as crianças.

Nas escolas que atendem as camadas populares, a ausência da família na vida escolar de seus filhos

de vida, com jornadas menos dilatadas de trabalho. É uma luta que envolve toda a sociedade e que pode começar por um problema real: a terceirização da educação das crianças.

A situação se complica diante da apreensão dos pais quanto ao futuro dos filhos. Esperam que a escola prepare seu filho para estudar nas melhores universidades do país e que escolha uma profissão que dê prestígio e dinheiro. Então é comum encontrarmos pais que chegam para matricular seus filhos na Educação Infantil e já querem saber qual a classificação da escola no ENEM, como se fosse possível prever um desenvolvimento linear que garanta o sucesso dos seus na vida adulta. Deixam de ver os filhos como sujeitos do presente, para os identificarem apenas como um projeto de futuro. E por que isso acontece? Porque os pais veem os filhos como indicadores de seu próprio sucesso. O que é bem pesado para os filhos que, além de ter que lidarem com as suas próprias dificuldades, têm que suportar a angústia de falhar em relação à expectativa depositada neles.

Este cenário gera uma cobrança descabida em cima da escola. Os alunos não podem se machucar, tirar nota baixa, serem reprovados, sofrerem qualquer tipo de privação ou restrição, tornando-se, assim, crianças e jovens extremamente protegidos. A escola se sente refém dos pais e estes se sentem culpados por não poder participar como gostariam da vida escolar de seus filhos.

As famílias são chamadas a comparecer à escola por problemas que seus filhos apresentam e que exige solução. Os educadores não percebem que ao chamar

é também motivo de reclamações. Porém, a escola precisa entender o que acontece na vida dessas famílias, que estão tendo que trabalhar cada vez mais, e em lugares distante das moradias, impossibilitando maior contato familiar. Numa cidade em que se considera que a educação não é apenas de responsabilidade da escola, torna-se fundamental abrir o debate sobre a necessidade de se lutar por políticas de proteção familiar, para que os pais recuperem, entre outros aspectos, sua função educativa. A sociedade precisa debater a necessidade de se lutar por uma mudança

os pais para resolverem condutas inadequadas de seus filhos na escola estão assinando um atestado de incompetência nas relações que estabelecem entre a escola e os alunos.

Então cabe um questionamento: o que a escola considera que seja participação? No projeto pedagógico da escola deve constar o tipo de participação que esta valoriza. Porém, por princípio, participação requer intencionalidade e comprometimento.

Como seria possível superar na escola os conflitos com as famílias? Só tem um caminho:

o trabalho conjunto e solidário entre as duas partes. Como? Mudando a qualidade da relação. É preciso romper com o entendimento de que a escola oferece um serviço ou uma mercadoria e que os pais são consumidores. A escola faz educação e a relação não pode estar baseada no consumo e sim no conhecimento.

Então, como mudar esta história? Não tem receita, nem passo a passo aplicável a todas as realidades. A saída é sem panaceia. É uma relação que tem que ser construída conjuntamente, com confiança e generosidade. A porta do diálogo entre ambos é partir do princípio que criar e educar filhos é uma tarefa complexa, e que por mais difícil que pareça, também se aprende a educar.

É preciso reconhecer que as informações que possuímos não conseguem abranger tudo a respeito de uma criança ou de um jovem. É preciso que todos que convivem com eles possam colaborar e se comprometer em fazer o melhor a partir do somatório de informações, entendendo que eles protestam diante dos limites, mas protestam muito mais se não têm nenhum.

Reggio Emilia, na Itália, referência no modelo de educação para a primeira infância, tem um

trabalho de sucesso em suas escolas porque a cidade construiu um pacto em torno da educação, com a participação de toda comunidade. A escola pertence à comunidade e todos estão comprometidos com a escola de seus filhos, que é resultado da participação de todos. Lá, os pais não participam apenas das festas, como acontece muito nas escolas brasileiras. São eles que, junto com as crianças, professores e outras famílias, fazem as festas juntos. Os pais não são meros consumidores dos serviços escolares. Eles estão juntos, com funções diferentes dos professores, mas estão todos comprometidos com a educação dos pequenos.

Na Espanha, as famílias estão organizadas institucionalmente para participar da vida escolar de seus filhos, nas chamadas AMPAS (Associação de Mães e Pais de Alunos) visando melhorar as relações família e escola. Na Catalunha, por exemplo, as AMPAS estão reunidas na FAPAC (www.fapac.cat), que é a Federação das Associações de Mães e Pais de alunos da Catalunha, criada em 1975, que organiza a participação dos pais nas escolas de todos os níveis da educação básica - da educação infantil ao ensino médio, nas redes pública e privada,



principalmente nas de caráter laico. A atuação dos pais nessas associações tem o foco na participação da vida pública catalã, abrindo o diálogo entre os setores escola e família, gerando alianças para construção de propostas comuns e assim melhorar a qualidade democrática da educação. Ela também participam na definição de políticas públicas para a educação junto a outras associações, como de professores, de estudantes e de outros agentes da comunidade educativa, como diversas ONGs.

No Brasil, o canal mais comum que a escola usa de contato com as famílias é a chamada “reunião de pais”. Encontro com os pais nas escolas não precisa ser uma ação burocrática, ou melhor, não deve ser. Pode ser mais que simplesmente falar de seus filhos. E a quantidade de reuniões sem ressignificar o projeto educativo perde o sentido do encontro. Encontrar pode ter muitas configurações e propostas. Pode ser para discutir um tema de interesse de todos, com apoio de textos para confronto e trocas, servindo para manter a circularidade das informações. Pode ser ainda para cuidar da escola, ajudar na sua manutenção ou produzir materiais para as crianças. Isso significa convidar os pais para cuidar do espaço público – que é a escola. Passeios com as famílias, piqueniques, organização e realização de festas comunitárias também servem para estreitar o vínculo entre a escola e os pais e ajudam a romper os “muros” que isolam a escola da cidade.

Enfim, existem muitos caminhos. O importante é não desanimar. A mudança nas relações escola x família é fundamental e não pode mais ser adiada. A qualidade desta relação precisa ser construída, seja de forma mais institucional ou individual. O importante é ter claro que, tanto a escola quanto a família, tem papéis diferenciados na vida das crianças e jovens e o ponto de partida é entender que não há um lado que sabe mais que o outro. É preciso coragem para estabelecer relações democráticas em que cada um dos lados participe de forma singular, do seu lugar, e respeitando o lugar do outro. Esta relação não pode ser de consumo, mas de comprometimento e respeito ao que está sendo feito neste lugar chamado escola e o respeito pelas pessoas que estão envolvidas no processo. Somente assim é possível avançar. Não há receitas, mas inspirações. Comece do seu jeito porque o importante é começar.

O que anda acontecendo por aí

Quando tratamos dos desafios que é aprender para além da escola, estamos falando que isso só é possível com o envolvimento de toda a cidade em torno do compromisso com a educação e não apenas com a escola.

Para abrir a escola e transformar espaços públicos em lugares de aprender, é preciso se organizar e usar a criatividade e o conhecimento da comunidade em que se situa para desenvolver ações que mobilizem toda a população, e em especial as crianças, para a conquista de novos espaços de viver e conviver.

Neste sentido, nada melhor que conhecermos experiências que podem nos ajudar a criar projetos locais. Não se trata de um painel de tudo que existe sobre o assunto. São algumas indicações daquilo que consideramos mais importante para socializar e inspirar. É claro que existem outras experiências. No Brasil também estão acontecendo trabalhos significativos. É apenas um passo para você fazer sua pesquisa e descobrir outras iniciativas. Mas preste atenção: as indicações abaixo não são receitas a serem seguidas ou “compradas”. Acreditamos que todos, em especial os professores com seus alunos, podem fazer mudanças, apenas com a certeza de que são capazes de fazer a diferença na vida da escola e da cidade. Para isso não precisam de qualquer serviço intermediário, e/ou especializado. Veja os exemplos abaixo como inspirações para você, juntamente com a sua escola e sua cidade, traçarem aquilo que melhor responda a sua realidade. O importante é ter a certeza de que é possível, sem terceirizar sua experiência, mudar a vida das crianças para que possam ser vistas como cidadãs.

Cidades Educadoras (www.edcities.org) é hoje uma associação internacional que abrange 478 cidades de 36 países de todos os continentes. No país são 14 cidades que compõem a Rede Brasileira. A ideia surgiu em Barcelona em 1979 com a conquista da democracia municipal, no mesmo ano em que se aprovou o Estatuto de Autonomia da Catalunha. A ideia inicial era criar um ambiente urbano de educação que respeitasse o passado e que projetasse a cidade para o futuro, envolvendo as pessoas e tornando-as orgulhosas de pertencerem a essa cidade. Em 1989, a Câmara Municipal de Barcelona acolheu e assumiu o conceito de Cidade Educadora, como uma proposta integradora da educação formal, não formal

e informal, que se gera no contexto da cidade e se destina a todos que a habitam. Em 1990 aconteceu, em Barcelona, o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras. Em 1994, foi criada a Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE), durante o III Congresso das Cidades Educadoras, em Bolonha, Itália. São 20 anos de um movimento mundial em busca da construção da cidade que educa. Aquela que pode e deve ser simultaneamente marco e agente educador. Qualquer cidade do mundo pode se candidatar a ser uma Cidade Educadora, desde que atenda aos pré-requisitos estabelecidos pela AICE.

La Città dei Bambini (www.lacittadeibambini.org) é um projeto criado em 1991, por Francesco Tonucci, desenvolvido numa comunidade italiana chamada Fano, na região de Le Marche, na Itália. A proposta consiste em adotar uma nova filosofia de governo e de cidade que seja 100% voltada para as crianças. Mas não estamos falando de um parque de diversões ou que seja cheia de brinquedos. É uma cidade comprometida em atender às necessidades de todos os cidadãos, ou seja, fazer uma cidade melhor para todos de verdade. Isso significa garantir que as crianças possam ter experiências como cidadãos autônomos e participativos.

Uma cidade que pensa na criança e não apenas nos adultos. Neste sentido ela participa das decisões municipais que envolvem a todos. Estão organizadas em conselhos e criam alternativas para uma vida melhor. A criança lá é respeitada como cidadão que tem capacidade de interpretar e de expressar suas necessidades e ajudar a construir a cidade na qual quer estar. Assim, a cidade se transforma também em um laboratório de experiências para um aprendizado além da vida escolar.

Child Friendly Cities (childfriendlycities.org) é um programa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que credita cidades que querem se tornar “cidade amiga da criança”(CFCI), levando para o nível local as diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Crianças. Significa dizer que na cidade amiga da criança ela tem voz e sua opinião é levada em conta para a definição de políticas públicas. Assegura seus direitos de uso e circulação nos espaços urbanos, ou seja, ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, brincar, praticar esportes, divertir-se com segurança.

Design for Change (www.dfeworld.com) é um movimento global criado pela indiana Kiran Bir Sethi (www.ted.com/speakers/kiran_sethi) que fundou e dirige a Riverside School, cujo objetivo é oferecer às crianças de 7 a 14 anos a oportunidade de

atuar para transformar a realidade que as rodeia. A proposta foi criada a partir da sua experiência em uma escola de design. Para ela, é preciso paixão para se sentir “contaminado” para criar. Pensou que poderia fazer esta “contaminação” com as crianças usando os quatro verbos do Design: empatia, colaboração, pensamento crítico e empoderamento. Hoje, crianças de todo o mundo criam projetos e desenvolvem ações que trazem melhoria às suas vidas e para a comunidade como um todo. São crianças que acreditam na proposta “I Can! (eu posso).

No Brasil existem inúmeros trabalhos desenvolvidos por bairros e cidades, com pessoas da comunidade que se mobilizam e transformam sua realidade, assim como existem diversas ONGs que estão lutando para transformar as cidades e as escolas. Você, professor ou professora que está lendo este material, também pode começar algo ou se engajar no que já existe.

*E lembre-se,
o caminho é feito
quando sabemos
aonde queremos
chegar.*



Os 4 pilares da educação

A FABER-CASTELL, desde 2010, tem apoiado e divulgado no seu Programa Escolar os 4 Pilares Básicos da Educação desenvolvidos pela UNESCO, por entender que, mais que orientações a serem disponibilizadas aos educadores, os caminhos que cada escola escolhe trilhar rumo ao desenvolvimento contínuo da educação passa pela questão do protagonismo de todos os sujeitos envolvidos no ato de educar. Convencida de que não há um “abra-te sésamo”, esta autonomia é feita com um compromisso de “aprender a aprender”.

Esta foi a resposta encontrada por um grupo de estudiosos, quando a UNESCO, no final do século XX, resolveu indagar-se sobre qual seria a maior demanda para a educação do século XXI. O Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Jaques Delors, entendeu que no futuro que se aproximava, a condição básica para todos os seres humanos era “aprender a aprender”. Sem esta capacidade, seria impossível sobreviver na *sociedade do conhecimento* que se avizinhava. Sim, era preciso aprender sempre, estando ou não na escola. Do contrário, não seríamos capazes de sobreviver numa sociedade cada vez mais complexa.

O tempo passou, o século XXI chegou e agora, transcorrida a primeira década, sabemos que vivemos na *sociedade da informação*. Não é o excesso de conhecimento que caracteriza nosso tempo, mas o excesso de informação. E nem toda informação é capaz de se transformar em conhecimento em nossas mentes.

No Brasil, o referido relatório, divulgado em 1996, recebeu o título: “Educação, um tesouro a descobrir”. Nele está desenvolvida a ideia que *aprender a aprender* se concretiza por meio de 4 pilares básicos: **Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser.**

É esta concepção ampliada de educação que a FABER-CASTELL acredita ser o caminho para que todos possam descobrir e fortalecer seu potencial criativo e, assim, revelar o “tesouro escondido em cada um de nós”. Por esta razão, neste material desenvolvemos cada um dos pilares indicados pela UNESCO, abordando um assunto que é fundamental para entender o papel da educação na contemporaneidade.



As TICs na escola: conquistas e problemas.

CO
NHE
CER

A perspectiva educativa de projetos de trabalho (PEPT).

FA
ZER

O desafio de tornar pública a experiência escolar.

CON
VI
VER

A escola necessária para o século XXI.

SER



Aprender a Conhecer

Este tipo de aprendizagem trata do domínio dos próprios instrumentos do conhecimento e menos da aquisição de saberes decodificados. Do ponto de vista da escola, sua resposta frente aos desafios da contemporaneidade não é mais cumulativa ou quantitativa, que já não é possível nem adequada. Seu desafio é *Aprender a Conhecer* da perspectiva de adquirir instrumentos de compreensão, já que o conhecimento é múltiplo e evolui infinitamente.

Embora seja o pilar mais trabalhado na educação formal, ele soma com o pilar *Aprender a Fazer* uma articulação fundamental para que a educação seja uma experiência global, tanto no plano cognitivo como no prático.

Ao pensarmos no pilar *Aprender a Conhecer* na escola, não temos como escapar da discussão a respeito do impacto que as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs causam na sociedade e, por extensão na escola, gerando uma mudança radical nas formas de ensinar e aprender.

Hoje, o aluno utiliza na sua vida cotidiana todo tipo de suporte (laptops, tablets, smartphones, e dispositivos móveis de todos os tamanhos e formatos) que são úteis para se comunicar e aprender. Ele chega à sala de aula com as informações disponíveis nesses meios. Sabe acessá-las, intercambiar e compartilhar em rede. Aprende de forma intuitiva, inclusive sem ser consciente disso. O celular é peça chave, inseparável do estudante. No entanto, ainda está longe de ser visto como um meio de aprender na sala de aula. Porém, muito em breve chegará o tempo em que o professor, ao invés de dizer “desliguem os celulares” no começo das aulas, dirá exatamente o inverso: “liguem

os celulares para começarmos a aula”. Mas antes disso, vamos entender como a escola enxerga esta questão. Para isso, utilizamos os estudos de Juan Ignacio Pozo, da Universidade Autônoma de Madri, Espanha, que aponta três visões que predominam, quando o assunto trata das TICs na escola.

A primeira versão é a otimista, aquela que crê no poder transformador das TICs nas formas de ensinar e aprender, já que a interação com tais tecnologias é altamente atrativa para esta geração considerada “nativos digitais”. Aponta como vantagens:

- A adaptação do aprendiz, já que tem à sua disposição uma imensa quantidade de informação e recursos disponíveis na rede que permitem acessar e selecionar, decidindo o que, como e quando aprender.
- Interação: as TICs favorecem o ambiente dialógico, isto é, um bom uso destas tecnologias permite ao usuário tomar consciência de seus próprios atos (função metacognitiva) por meio de feedbacks.
- Jogos e simulações: permitem simular cenários de aprendizagem real e reduzem o valor do erro como algo negativo.
- Multimídias: o formato de apresentação dos conteúdos passa do impresso para o formato multimídia, que amplia as formas de expressão, comunicação e criatividade.
- Publicação: nas formas tradicionais de aprender, o aluno apenas consome informações, porém com as TICs ele passa a fazer criações próprias e originais, diversificando sua forma de expressão e autoria.

No oposto da posição otimista, está o argumento pessimista em que se afirma que as TICs empobrecem as formas de ensinar e aprender já que promovem o

imediatismo, a superficialidade, a alienação social e a falta de reflexão, uma vez que a era digital supõe um empobrecimento nas formas de conhecer. Os argumentos são:

- Empobrecimento cognitivo: a era digital favorece um empobrecimento cognitivo porque os alunos se acostumam a um acesso imediato à informação, sem passar por um processo de reflexão. É a chamada geração “Google”, que não sabe lidar com a dúvida e, na rapidez com que busca as informações, fica impedida de um processamento mais elaborado das mesmas.
- Gestão da turma: com as TICs na classe, aumentaram as dificuldades de gestão da aula, agravadas pelo fato de haver uma escassez de recursos (computadores precisam ser compartilhados), o que gera a perda de controle por parte do professor.
- O poder dos computadores: as TICs não podem ensinar tudo. As aprendizagens sociais e atitudinais precisam da mediação dos professores.
- Autoridade: muitos professores sentem-se ameaçados em sua autoridade, já que não são mais os que transmitem exclusivamente as informações. Isso exige que os professores se sintam obrigados a modificar seus modelos de ensino, sem apoio da escola, que mais cobra do que auxilia nesta transformação necessária.

E como terceira posição, existem aqueles que são céticos ou incrédulos, que consideram que as TICs não trouxeram nem mudanças positivas nem negativas para a escola, seguindo do jeito que sempre foi, apenas mudando o suporte. Muitas pesquisas sustentam tal percepção, como o Informe PISA - 2009 (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), que demonstra que a leitura digital dos adolescentes é pior que a leitura tradicional no papel, inclusive no Brasil. Alguns argumentos:

- Estratégias de seleção da informação: os alunos não sabem buscar e selecionar o que é informação relevante.
- Tradução da informação: os alunos têm dificuldades de selecionar informações quando se apresentam em linguagens diversificadas, como as imagens. Precisam traduzir o que se apresenta como informação.
- Integração de diferentes fontes de informações: têm problemas quando encontram informações diferenciadas e contraditórias nos ambientes

virtuais, já que não existe um saber acabado e estabelecido.

- Tendência a reproduzir: é comum os alunos utilizarem as informações disponíveis em ambientes virtuais para fazerem um “recorte e cola”, sem refletir e/ou construir sua própria visão sobre o assunto pesquisado.

Enfim, esta discussão vai longe e cada escola e professor tem sua própria experiência. Os argumentos aqui apresentados nos servem para concordar com o prof. Pozo em que os nativos digitais têm uma alfabetização informática (sabem usar as TICs), porém, não possuem uma alfabetização informacional que os dote de estratégias necessárias para transformar a informação que sabem acessar em um autêntico conhecimento.

A forma como os alunos pensam e se comunicam exige uma mudança radical na escola, porém não se trata de uma revolução digital, mas uma revolução pedagógica, em que a escola não mais dará conta de tudo, o currículo será de convergência de temas, desenvolvidos em outros espaços e tempos. No entanto, o professor continuará a ser fundamental para a escola, para os alunos e para a sociedade, porque é ele a figura central capaz de fazer a mediação entre os seus alunos e as informações para transformá-las em conhecimento e aprendizagem.

Escolas da contemporaneidade não têm como fugir do mundo digital, que pode ser um problema ou uma resposta. Não é uma questão de valorizar ou não, mas de promover o encontro dos alunos com a tecnologia, já que o digital é mais um ambiente de aprendizagem que faz parte da sua vida cotidiana. É outra possibilidade de conhecer o mundo, mas que não pode, de forma alguma, substituir seu contato com a natureza.

Então podemos afirmar que *Aprender a Conhecer* na contemporaneidade significa aprender a trabalhar com as incertezas e incompletudes do conhecimento, o que exige uma posição dialógica por parte do professor. Porém não é um diálogo das redes sociais em que as pessoas apenas dão e trocam opiniões. Cabe ao professor estabelecer uma mediação para que, em diálogo com seus alunos, eles aprendam a construir argumentos, ensinando estratégias para que possam converter informações em conhecimento. É a ideia de aprendiz diante da vida. Aquele que nunca está pronto. Sempre aberto para ser um construtor do seu próprio conhecimento.



Aprender a Fazer

O pilar *Aprender a Fazer* é indissociável do *Aprender a Conhecer*, tendo em vista que a vida é um ciclo e não basta apenas conhecer. Porém não se refere simplesmente a preparar alguém para uma tarefa material ou aquisição de qualificação profissional. *Aprender a Fazer* significa tornar a pessoa apta para enfrentar diferentes situações, tornando-a capaz de resolver os problemas práticos da vida, do mundo do trabalho e, do ambiente escolar. Neste sentido, a sua melhor tradução é tirar o aluno do lugar daquele que aprende algo previsível, para estabelecer relações pedagógicas que gerem aprendizagens por meio do diálogo e da indagação, para que cada um encontre seu lugar para aprender. Uma aprendizagem vinculada ao fazer, à atitude manual e à intuição também. Estamos falando da perspectiva educativa de projetos de trabalho (PEPT).

Nos dias de hoje sabemos que é praticamente impossível definir um campo de estudos que possa avançar de forma compartimentada ou fechada nos limites de uma ou mais de uma disciplina. Tudo está em contato ou em relação com diferentes conhecimentos que permitem definir e criar novas problemáticas. É na experimentação, no diálogo para além dos limites de cada disciplina, que os alunos se sentem desafiados para avançar, porque é desta forma que o conhecimento se constitui.

Mas atenção, na educação há muita confusão neste assunto. O uso do mesmo nome, como por exemplo, “projetos”, não significa que se trate da mesma coisa. Usa-se na escola a mesma palavra para finalidades diferentes: trabalhos por temas; métodos de projetos; centros de interesse; investigação do meio. Cada uma

destas nomenclaturas traz implícito um entendimento de escola, sobre os conteúdos escolares e o papel do professor e alunos. Vamos aqui trabalhar a perspectiva educativa de projetos de trabalho (PEPT), desenvolvida pelo educador espanhol Fernando Hernandez, da Universidade de Barcelona, que tem como referências os estudos de Dewey e Kilpatrick (1918) somada às propostas de Bruner (1969).

Não queremos rotular o que se faz na escola e defender esta ou aquela posição. Apenas nos propomos a fazer dos desafios que se colocam hoje para aprender na escola um caminho para repensar o seu lugar, entendendo que para aprender é preciso ir construindo “andaimes” e relações com sentido, onde os campos do saber não se restringem aos limites das disciplinas.

Desenvolver um projeto de trabalho na escola significa deixar fluir o conhecimento, com o intercâmbio de diferentes fontes, estabelecendo relações entre fenômenos e experiências. O ponto de partida é a realidade que emerge no dia a dia, seja da sala de aula ou para além dela, de onde tiramos algo que nos inspire, que nos toque e que valha a pena questionar. Não é algo que o professor “leva” para os alunos e passa a ter o controle sobre isso. Não há uma sequencialidade estável a ser seguida. O planeamento vai sendo construído, assim como a avaliação, no contexto dos sujeitos que aprendem. E este contexto será mais rico se for trabalhado por grupos heterogêneos, com estudantes de diferentes idades e níveis de escolaridade.

A estratégia de conhecimento é a indagação sobre problemas reais, isto é, próximos das preocupações ou questionamentos, não necessariamente dos interesses

dos alunos (não estamos falando da escola ativa que partia dos interesses dos alunos ou daquilo que eles gostariam de saber). A indagação leva à investigação, observando o contexto social para interpretar e compreender a realidade.

Desta perspectiva podemos pensar em conteúdos escolares a partir de questões do tipo: Como se produziu tal fenômeno? Qual a origem desta prática? Sempre tem sido assim? Como as pessoas de outras épocas e lugares percebem ou percebiam isso? Estas e outras questões servem para ensinar que os conhecimentos não são estáveis e que a realidade é interpretada a partir de determinadas variáveis.

Esta pode ser uma forma de aprender e de estruturar o aprendido para estabelecer um diálogo e intercâmbios no espaço escolar e na comunidade.

O prof. Hernandez alerta que não podemos afirmar o que seja um projeto de trabalho, no sentido restrito, mas o que poderia ser, para manter uma atitude de coerência sobre seus princípios. Portanto não é possível desenvolver um passo a passo, mas existem aspectos que são comuns como, por exemplo:

- É um percurso que parte de um tema-problema, que favorece a análise, a interpretação e a crítica, que pode surgir de uma questão levantada pelo aluno, ou pode ser sugerido pelo professor.
- Predomina uma atitude de cooperação no desenvolvimento de um projeto de trabalho e o professor é um aprendiz e não um especialista.
- Questiona a versão única da realidade.
- Cada percurso é singular e se trabalha com diferentes fontes de informação e ambientes de aprendizagem.
- É uma oportunidade que o professor tem de ensinar seus alunos a escutar e de aprender com os outros.
- Entende que cada aluno aprende de uma forma, no seu ritmo e por isso a avaliação não está separada do percurso do projeto, ao contrário, permite que cada aluno reconstrua seu percurso de aprendizagem refletindo sobre aquilo que aprende.

A perspectiva educativa de projetos de trabalho (PEPT) representa um desafio para mudar a chamada “gramática curricular”, na qual o conhecimento está organizado nas disciplinas que fazem parte de departamentos especializados. A escola é geradora de cultura e como tal precisa estar aberta para viver situações de aprendizagem dentro e fora dos seus limites. Este pode ser um antídoto diante do reducionismo das “grades curriculares” que domina a pedagogia cartesiana.

É sem dúvida uma forma de construção de conhecimento, considerando que todos os alunos podem aprender, se encontram lugares para isso. Para conseguir fazer algo transformador é preciso intenção, foco e tempo. É um processo que não tem fim. Uma porta aberta para a escola do século XXI, com mudanças permanentes para seguir aprendendo.



Aprender a Conviver

O pilar *Aprender a Conviver* está voltado para a compreensão do outro e da percepção das interdependências. Sua importância está centrada no desenvolvimento da cultura da paz, por meio do respeito ao pluralismo. Para a UNESCO é o mais importante de todos os pilares, porque trabalha o combate ao preconceito que é gerador de conflitos. Parte do reconhecimento das diferenças e busca a participação em projetos comuns. Para desenvolver este pilar escolhemos tratar de um assunto que o professor pouco exercita no Brasil, que é tornar pública a sua vivência.

No Brasil temos um déficit republicano. É um déficit de sentimento público e de cidadania que se manifesta em vários níveis. Na exclusão social, na invisibilidade de boa parte da população pobre, no tratamento que damos aos idosos e às crianças. No que diz respeito à educação, constatamos que o professor é uma categoria invisível socialmente, que somente tem espaço nos meios de comunicação em situações de tragédia ou nos momentos de reivindicações salariais da categoria. O professor, como alguém que produz conhecimento especializado, não tem este reconhecimento. Não é visto como um pensador, como alguém que tem autoria sobre sua prática pedagógica. É visto como um reproduzidor daquilo que é estabelecido para ser ensinado.

Muito desta constatação tem a ver com o modo como os educadores se relacionam com a profissão. Ainda hoje tem mais valor o que dizem os pesquisadores ou especialistas sobre o ato de educar do que a própria experiência do professor, que continua seguindo e repetindo o que dizem os “palestrantes - estrelas”, ao invés de valorizar a sua experiência.

Um caminho para lutarmos para a mudança deste cenário é tornar pública a experiência vivida na prática pedagógica, porque as escolas se comunicam mal com o exterior. Os professores explicam mal o seu trabalho. Esta proposta é importante por que os professores brasileiros resistem a compartilhar, a dar a conhecer seus afazeres cotidianos e só o fazem em esfera mais próxima, aquela que acontece em uma reunião de professores ou em um seminário de formação, ou para concorrer a algum prêmio de âmbito nacional.

Tornar a experiência pública, para além das premiações, exige coragem e segurança pessoal para submetê-la ao reconhecimento e à valorização dos outros. Esta decisão pressupõe um ato de confiança, de acreditar em si mesmo e na iniciativa desenvolvida.

Estabelecer relações entre “os de dentro” e “os de fora” em

um projeto de aprendizagem horizontal e colaborativo é uma questão de poder. Socializar as experiências escolares por meio das mídias em geral, assim como participar nos congressos e demais eventos de formação e divulgação para tornar visível o seu trabalho, significa dizer que o professor “se autoriza”, o que implica um exercício de reconhecimento não só do seu fazer, mas de si mesmo.

Quando a FABER-CASTELL se desloca pelo Brasil, nos Encontros do Programa Escolar, temos a oportunidade de conhecer muitas experiências didáticas de sucesso. São escolas que desenvolvem trabalhos de alta qualidade junto aos alunos, nos diferentes segmentos escolares e também junto às famílias que, se não fosse a ocasião dos encontros presenciais, não teríamos oportunidade de conhecer. E por que essas experiências não são divulgadas? Por que os professores não publicam seus estudos, seus trabalhos, suas reflexões? Por que não promovem ações de intercâmbio autônomas?

Enquanto não se dispuserem a tornar públicas estas experiências, continuará prevalecendo a fala e a imagem do professor como alguém fragilizado, com baixa autoestima e em permanente estado de subordinação frente às orientações preponderantes de especialistas, assessores ou orientadores. Continuará sendo identificado como sujeito caracterizado por seu “não saber”.

É fundamental reconstruir as suas experiências em relatos que se tornem públicos. Assim, os educadores se transformam em sujeitos portadores de saber, que têm voz e conhecimento a ser compartilhado e pesquisado, instaurando uma narrativa emancipadora para si mesmos, para seus pares, para a educação escolar e para a sociedade.

A FABER-CASTELL, visando colaborar com a experiência de tornar pública a experiência educativa, está oferecendo seu site www.educacao.faber-castell.com.br como uma plataforma de divulgação e intercâmbio dessas experiências. Este pode ser o começo de muitas outras possibilidades.





Aprender a Ser

O pilar *Aprender a Ser* refere-se ao princípio fundamental da educação que é de contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, para poder ter pensamentos autônomos e críticos para formular seu próprio juízo de valor. A ideia de reforçar a pessoa foi uma decisão tomada pela Comissão da UNESCO, que elaborou o documento tendo em vista a consideração de que havia uma preocupação com a desumanização do mundo, relacionada com a evolução da técnica. Então tornava-se fundamental a defesa do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo como suporte para a autonomia e criatividade, evitando assim a constituição de sistemas alienantes.

A ideia identitária pensada neste pilar pode ser estendida para além do indivíduo e podemos utilizá-la na defesa da identidade da escola, considerando que a aceleração das mudanças sociais e tecnológicas exige, da escola, responder sobre seu papel de uma forma mais ágil, criativa, autônoma e eficaz.

Entendemos que a escola está passando por transformações e talvez os seus muros insondáveis desapareçam para dar lugar a outras formas de relação do sujeito com o conhecimento. Isso não significa afirmar que desaparecerá, mas sem dúvida o que ela é hoje já não responde a uma demanda social.

É preciso entender que mudaram as formas de acessar o conhecimento, assim como mudaram as pessoas que aprendem. No entanto, quando o assunto é seu espaço físico - organização e funcionamento, segue o modelo do século XIX. A modernidade muitas vezes está restrita a cores do mobiliário, na disposição das carteiras ou nos recursos tecnológicos. Mas, se mudaram a forma de obter conhecimento e as cabeças, o espaço também exige mudanças.

A identidade contemporânea de escola está sendo formada por meio dos espaços em que crianças e jovens se movem em ambientes diferenciados para desenvolverem múltiplas tarefas, seja em grupo grande, em duplas ou mesmo sozinhos. A sala de aula com o quadro negro, verde ou branco nas costas do professor, com todos os alunos sentados em carteiras dispostas umas atrás das outras, está superada. Este modelo tem como base o que foi apresentado na Exposição Pedagógica de Paris, em 1867. O espaço de hoje não é mais fixo e sim móvel. O quadro negro ou a cor que tenha não está na vertical e nem é mais vazio, virou tablet, está cheio e a posição é horizontal. Hoje é possível acessar imagens de escolas pelo mundo em que o espaço pouco se parece com o que estamos acostumados. São outros modos de aprender e de dar sentido e identidade para a escola, e implica em não apenas se abrir para a cidade, mas, junto com este desafio, transformar seus espaços. Para isso é preciso assumir desafios e desenvolver a imaginação pedagógica para pensar em outros modos e espaços de aprender.

Escola para todos, ou melhor, de todos e com todos, com demandas de toda ordem precisa ser basicamente bela, porque não é possível educar em um lugar feio, descuidado. E rica de estímulos, com espaços diferentes para usos diferentes, como são hoje as escolas da Finlândia, Dinamarca, Suécia, Israel, Itália. São espaços diversificados, com uma preocupação estética cuidadosa, projetados para que todos se sintam bem. Assim é construída a identidade da escola. Não só pelo que ensina, mas também como organiza o tempo e os espaços para aprender. E principalmente, sendo o lugar de interagir, compartilhar, de ter voz e escutar aquilo que se fala, que se lê e que se expressa.

Inspirações para serem colocadas em prática



Depois de utilizarmos os 4 Pilares da Educação como um eixo para desenhar ideias voltadas para aprender na escola e para além dela, vamos agora misturar tudo como um exercício para realizar um diálogo cidade / escola, no sentido de que a cidade necessita se responsabilizar mais pela educação de crianças e jovens, e a escola abrir mão de tentar resolver todos os problemas da sociedade. Enfim, juntar o que foi separado e refazer os laços entre a escola e a cidade. A educação feita na capilaridade da cidade, construindo uma rede com a educação feita por todos.

Não é um roteiro fechado a ser seguido, mas a transposição de boas ideias que estão acontecendo pelo mundo e que podem nos inspirar, misturando propostas, inventando outras, usando as sugestões que desenvolvemos nos 4 Pilares como meio: usando as TICs, formulando os projetos de trabalho, tornando pública as experiências e, assim, fazendo uma escola com sentido e com o nosso modo de ser. Uma escola mais simples e mais competente para a aprendizagem. Mas é preciso sair do “piloto automático” para estabelecer novas conexões e ampliar a nossa acuidade perceptiva, uma capacidade de ver onde é que podemos experimentar novas sensibilidades.

Podemos partir do princípio que considera um direito de todos viverem a infância, a brincadeira, a beleza, a liberdade, a criatividade e o espírito crítico. E também valorizar a cultura da infância, colocando as crianças como produtoras de cultura e de conhecimento, capazes de transformar a cidade em que vivem. E o mesmo para o jovem, para que se reconecte com a cidade. O meio é pela educação entendida como um bem comum, como direito fundamental e que, portanto, deve ser compromisso de toda a sociedade.

Vamos pensar em algo que tire os alunos dos muros da escola. A cidade pode ser o currículo, com milhares de situações que podem ser estudadas. Quando a escola sai dos seus limites, entende que pode aprender com as ruas e não apenas com museus ou espaços científicos. A rua também educa, porque a educação é um eixo global, tem implicações de toda comunidade. Então podemos fazer um currículo de convergência de temas.

Por exemplo, quando caminhamos pelas ruas da cidade, o que elas nos informam? Sabemos identificar onde estamos? As ruas são espaços apenas de passagem? São amigáveis no sentido de dar vontade de ficar e não apenas passar? Onde habitam os ricos e os pobres? Como ela está organizada? Como o comércio se apresenta? E as atividades culturais, onde acontecem? A mobilidade ou circulação acontece por quais meios? Que espaços são reservados para as crianças? E para os idosos? É uma cidade suja? Limpa? É inclusiva, oferecendo as mesmas possibilidades de circulação para pessoas diferentes, que apresentam algum tipo de deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla)? Buscando melhorar a cidade ou

bairro que conhecemos, com suas características e possibilidades, o que poderíamos estudar no sentido de buscar soluções para os problemas detectados? Ou, o que podemos fazer para torná-la mais amigável, como um espaço de convivência? Qual o ponto de partida para focar um problema e como decidir coletivamente o que pesquisar para desenvolver um projeto de trabalho?

A pesquisa torna-se o núcleo de qualquer projeto e, é claro, com o uso das TICs como apoio complementar. É pela investigação que transformamos a educação. Mas atenção: é necessário deixar tempo para que cada um possa fazer seu percurso de aprendizagem.

Não se trata de uma atividade escolar a ser feita apenas no âmbito da escola. Ao contrário, é um exercício de participação. Ao ser definido o que estudar, o desafio é envolver todos os agentes educativos implicados no assunto para que atuem de forma colaborativa. O resultado será uma solução concreta cujo produto será público. A busca de solução é participativa, para gerar uma mudança e valorização da cidade a partir de um novo olhar.

É claro que existem problemas nas cidades que não dependem apenas de participação comunitária, mas envolvem decisões políticas e atuação do poder público. Para não gerar a sensação de fracasso diante da impossibilidade de macro mudanças, comece pelo simples, aquilo que está ao alcance da coletividade e que possa mudar a partir de um movimento coletivo. E não se esqueça de registrar tudo, para poder tornar pública a experiência.

Com as crianças pequenas, vamos pensar em algo para fazer que não acelere ainda mais sua vida. Vamos recuperar a atividade contemplativa para um diálogo empático. Em Reggio Emilia, uma escola criou um projeto de interrogações sobre a cidade, programando intervenções em vários espaços da cidade como: sapataria, loja de doces, livraria, farmácia etc. As crianças escolheram os espaços e o formato de como iriam atuar: a loja de bolsas ganhou várias bolsas inventadas pelas crianças, construídas com diferentes materiais; a sapataria recebeu sapatos criados pelas crianças com argila e sucatas, que saíram da loja e invadiam a cidade em forma de esculturas, e assim criaram diferentes intervenções. Denominaram o projeto como “cidade inesperada”.

A cidade não pensa nas crianças, mas é um território de experiências da infância. Uma infância com

cidadania. Então planejar passeios em área externa - um parque arborizado, por exemplo - pode ser uma aventura interessante em que a proposta pode ser explorar o lugar e registrar o que se quer contar para os amigos que não foram ao passeio e documentar a aventura. São as crianças que decidem como vão documentar o projeto (máquina fotográfica, filmadora, gravador). As fotos permitem realizar uma reconhecimento, resgata a memória ao recordar o que viveram durante o passeio. Aventurar-se pela cidade tem uma dimensão ética, estética e política. Mas não pode ser uma experiência aprisionada na escola. Toda produção vai para um espaço público, para que a comunidade conheça o que as crianças descobriram e como comunicaram suas descobertas.

A aproximação da escola com o bairro em que está localizada pode ser também uma experiência de convivência comunitária valiosa. Uma escola da Colômbia teve uma ideia interessante, planejou com as crianças organizar com os pais e vizinhos da escola um café coletivo na rua, em frente à escola, para marcar o começo do ano letivo. Foi a forma encontrada para se aproximar da comunidade. Esta pode ser uma possibilidade de trocas, diálogos e indagações.

Essas ideias mostram que a solidariedade, a empatia e o espírito comunitário podem ressurgir naturalmente como um princípio orgânico e organizador de vida, como alternativa à exclusão e à desumanização da sociedade.



Possibilidades de futuro para a escola

Não sabemos qual será o futuro da educação, porém, alguns indicadores nos permitem inferir a partir da certeza de que o direito à educação - em condições de uma igualdade justa nas novas sociedades - e a existência de tecnologias que se colocam ao alcance do mundo infinito de informações, vão romper com os parâmetros que temos hoje da educação escolarizada. Desejamos que a escola avance no seu entendimento de que, quem se propõe a fazer tudo, nada faz bem, e que é necessária a participação da sociedade no trabalho de educação e formação. Então podemos afirmar que a escola do futuro, que começa hoje, passará por mudanças radicais.

A escola do futuro será a escola do reconhecimento da experiência, rompendo com a visão da reprodução de conteúdos acadêmicos organizados por disciplinas, que ignoram a experiência concreta e particular de cada sujeito aprendiz - como já acontece em alguns países, e de novo temos que citar a Finlândia. A experiência será a base do trabalho pedagógico para problematizar, pesquisar e produzir conhecimentos.

Os espaços escolares como lugares especializados de transmissão de conhecimento, perdem vigência. O conhecimento será construído acessando múltiplos espaços e tempos. A escola vai se libertar da escola presa em prédios, para assumir outras dinâmicas para aprender, abrindo o trabalho didático para o encontro com a cidade.

Haverá uma redução da extensão dos conteúdos curriculares, para buscar a relação significativa entre saberes e formas de conhecimento muito diversos. E a avaliação educativa será entendida como uma possibilidade de diálogo crítico com seu próprio desenvolvimento e crescimento humano.

Os professores deixarão de ser os portadores dominantes do saber. Sua autoridade será revista em função do papel que venham a desempenhar em um novo contexto cultural. Serão profissionais diversos que atuarão em contextos educacionais também diversos. Aprenderão a ensinar sobre as divergências e menos sobre as certezas.

O tempo escolar como o único tempo de formação vai sendo substituído pela ideia de que todo tempo é tempo, ao longo da vida, de aprender.

Ao direito à educação será preciso incluir, no futuro, o direito ao acesso à informação e às múltiplas linguagens. Uma escola aberta ao mundo tem flexibilidade na utilização dos espaços e dos tempos, com alunos trabalhando em diversas situações, sozinhos e em grupo, com momentos diferenciados de estudo.

A escola passará a ser uma escola da criatividade, sem repetições, dogmas ou estereótipos, mas com riscos, para encontrar soluções inovadoras a partir de condições limitadas e complexas da realidade. Terá uma pedagogia diferenciada, pois não será mais aceitável ensinar igual para todos. Porém, não poderá estar sozinha na missão de educar a todos. É preciso juntar o que foi separado. Refazer os laços entre a escola e a cidade para que a educação aconteça de forma global. Uma educação feita por todos, onde todos têm uma função educativa.



Fechando nossa conversa para gerar sonhos

Fechar uma conversa é sempre um momento difícil. Queremos reforçar tudo que consideramos importante e aí fica uma história sem fim. Para conseguir fechar, vale a pena reforçar algumas questões que merecem mais atenção.

Começando pela educação, atualmente está em curso a discussão sobre a necessidade de uma base nacional curricular comum, de acordo com o que determina a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96). Em função dessa centralidade do currículo escolar, muitos estudos estão sendo realizados, que examinam os processos de elaboração dos currículos dos países da OCDE e da região latino-americana, discutindo o que ensinar e como ensinar. O que inúmeros estudos indicam é a urgência de uma revisão curricular, pois não é a quantidade de itens que compõem a lista interminável de assuntos que farão com que os alunos aprendam mais. É preciso dar significado ao que se ensina e só se aprende aquilo que tem relação com a vida. Portanto, não esqueça: o menos vale mais! Assim como as experiências educativas não podem ficar nos limites das disciplinas e dos livros didáticos.

Outro importante desafio para a escola diz respeito ao planejamento de seus horários. É urgente planejar algum tempo livre para os alunos usarem como acharem melhor. Assim, terem liberdade para conversar com os amigos, brincar ou até mesmo não fazer nada. Por que não? O que assusta tanto uma proposta assim? Se pensam que estão perdendo tempo estão enganados. Na verdade estão ganhando tempo, para usá-lo com autonomia.

Agora, fazendo um paralelo da vida na escola com a vida fora dela, é preciso repensar as tarefas que os estudantes levam para casa. Para que servem as lições de casa? O que a escola tem como intencionalidade neste campo? É preciso ter clareza do que se espera que os alunos aprendam. Do contrário, será apenas uma tarefa feita por hábito e não por necessidade. Para os pais, pode ser uma oportunidade para eles mostrarem como seus filhos têm que estudar, entendendo que não podem estudar no lugar dos filhos. E como a escola se posiciona sobre o envio de deveres escolares nos fins de semana? São imprescindíveis ou roubam o tempo de brincar? Finais de semana e férias são tempos de simplesmente ser criança para brincar, desenhar, ler, enfim... Fazer o que quiser. O direito à

brincadeira está previsto no artigo 31 da Convenção sobre os Direitos das Crianças.

No quesito família, é importante reconhecer que encher os filhos de brinquedos não resolve sua ausência. Mesmo porque, para uma boa brincadeira, são necessários poucos brinquedos, ou melhor dizendo, não é a quantidade de brinquedo que garante a brincadeira. Ter algum tempo para brincar com os filhos vale mais que qualquer brinquedo.

Se pensarmos na cidade, é fundamental restituir às crianças uma autonomia que lhes permita sair de casa sozinhas, desfrutar da comunidade, encontrar amigos e escolher com eles o que brincar. Erramos quando fazemos o contrário. Para justificar nosso excessivo cuidado em função dos perigos das cidades, saímos das ruas e tiramos nossas crianças também. Mas o movimento precisa ser o oposto. Ao invés de nos escondermos em casa, temos que ganhar as ruas e assim tornar as cidades mais amigáveis.

Devemos lutar para que os espaços públicos sejam realmente educativos e que funcionem de verdade. Uma experiência de sucesso na Finlândia refere-se à unificação de todas as redes de bibliotecas, as públicas e as escolares, para que os alunos com menos recursos pudessem usufruir dos acervos, acessando aquele que é mais próximo da sua residência.

A cidade é lugar de aprender e não apenas a escola. Porém, a sintonia para a construção de uma cidade educadora de verdade exige que a escola seja uma importante aliada. Para construir uma cidade em que todos se comprometam com a educação, a escola pode dar um importante passo, assumindo tal desafio como uma proposta educativa, inserindo-a no projeto político-pedagógico, e os professores atuando no sentido de trazer os pais para esta causa. O resto fica por conta das crianças que saberão viver esta experiência.

É nesta perspectiva que se torna necessário um novo contrato educativo/social, em que a responsabilidade de educar é compartilhada por um conjunto de atores sociais de instâncias diversificadas, não ficando apenas nas mãos dos educadores profissionais. É preciso reconhecer que a escola cumpriu, ao longo do século XX, um importantíssimo papel social e que hoje se torna essencial evoluir no sentido de uma maior responsabilidade da

sociedade, sem, contudo, diminuir o valor da escola.

Enquanto estas transformações vão sendo sonhadas e construídas, não podemos nos esquecer que, todos os dias, crianças e jovens vão à escola. Vão obrigados, iludidos ou resignados, mas estão lá diariamente na esperança de que alguém olhe para eles, os ajude a aprender com sentido e os acompanhe nessa caminhada pelo mundo complexo em que vivem.

Então, diante de tudo que apresentamos aqui a respeito do que significa educar e da parceria fundamental entre a escola e a comunidade, podemos afirmar que:

- **Leva tempo.** Ninguém acorda cidadão. É uma condição que se constrói com muita luta e exige tempo e determinação da parte de todos os atores sociais.
- **É intransferível.** O que queremos para nossa cidade, comunidade ou bairro é algo a ser construído. Não dá para terceirizar contratando especialistas para fazerem por nós ou dizerem como se faz. As pessoas precisam ter autoria e compromisso com a sua própria história local. Os apoios são bem vindos, mas não substituem o compromisso e a responsabilidade de cada um.
- **Somando se aprende mais.** O caminho de fortalecimento para as mudanças que queremos na escola e na cidade se dá por meio da aprendizagem colaborativa. Significa estabelecer uma rede de

colaboração para intercâmbio de experiências e apoios, ampliando e socializando os conhecimentos conquistados.

Enfim, ficamos por aqui com a certeza de que o futuro pode ser promissor ou ameaçador, certo ou incerto, e tal incerteza nos faz, muitas vezes, nos prendermos ao passado. Porém, não podemos repeti-lo, nem revivê-lo. O futuro, fazemos hoje. E a mudança da escola tem que estar a serviço desse futuro. Portanto, vamos correr mais riscos, usar nossa criatividade e coragem para sonhar em transformar a realidade, com uma intencionalidade bem pretensiosa: para a paz na Terra. Afinal, como nos ensina Zygmunt Bauman: "Muitas culturas é a realidade. Uma só humanidade é o destino".

E para você, qual a escola e a cidade dos seus sonhos e pelas quais vale a pena lutar?



Para seguir aprendendo

Para inspirar

Filmes:

Recomendamos dois filmes que apresentam histórias bem diferentes, mostram a autonomia de crianças determinadas, que vão à luta pelos seus objetivos. Mostram como é andar pelas ruas, sem adultos e modelos de escolas para refletirmos sobre nossas escolas. E outros dois, que falam da vida contemporânea.

Onde fica a casa do meu amigo?

Filme iraniano, de 1987, do diretor Abbas Kiarostami. Mostra o drama de um menino que leva por engano o livro de seu amigo para casa, sendo que este está ameaçado de ser expulso da escola, caso não apresente na escola, no dia seguinte, a lição de casa feita. O desafio do amigo é devolver o caderno do outro para que possa fazer a tarefa, o que significa ir sozinho para outra aldeia, sem saber onde o amigo mora. Esta não será uma tarefa fácil.

Tarja Branca

Documentário brasileiro, de 2014, dirigido por Cacau Rhoden, que mostra que brincar é um dos atos mais ancestrais desenvolvidos pelo homem, tanto para se conhecer melhor quanto para se relacionar com o mundo. Por meio de diversos depoimentos de adultos, são apresentados diferentes entendimentos do significado do brincar na vida.

Literatura infantil:

Dois livros de literatura infantil, recentemente publicados, abordam questões que discutimos aqui, como sair de casa sozinho e lição de casa.

Não fiz a lição de casa porque...

Lançado em 2014, pela editora Amarilys, da Manole, o escritor Davide Cali, aborda as diferentes desculpas que são dadas para não se fazer a lição de casa. São hilárias e absurdas, servem para dialogar sobre os esquecimentos dos alunos para o cumprimento da tarefa escolar.

O que eu mais desejo

Filme japonês, de 2012, do diretor Hirokazu Koereeda. Dois irmãos são separados após o divórcio de seus pais, ficando um com a mãe e outro com o pai. A partir da crença popular que diz que acontece um milagre quando dois trens se cruzam em um determinado lugar, o irmão mais velho planeja com o irmão menor um encontro nesse lugar, para pedir que os pais voltem a ficar juntos. É uma aventura sair de casa e fazer o plano dar certo.

Medianeras

Filme argentino, de 2011, com direção de Gustavo Taretto narra a vida de dois personagens que tentam se libertar das amarras da solidão que a cultura digital e a arquitetura da cidade impõem aos seus habitantes.

Ônibus

A Editora Jujuba acabou de lançar o livro (2015) da escritora e ilustradora canadense Mariane Pubuc, que apresenta a história de uma menina que vai sozinha de ônibus para casa de sua avó. Inspirada no clássico Chapeuzinho Vermelho, de Charles Perraut, o livro mostra com detalhes interessantes o desafio que é viajar sozinha.

Novas fronteiras da escola: a escola aberta ao mundo.

Publicação do Programa Escolar 2015 / 2016, da empresa Faber-Castell
Concepção e elaboração do conteúdo: Lourdes Atié
Projeto gráfico: Studio 11 Artes

Para estudar:

Bibliografia:

- BAUMANN, Z. L'educació em la modernitat líquida. Barcelona, Ed. Arcàdia, 2007.
BAUMANN, Z. Múltiplas Culturas una sola humanidad. Buenos Aires, Ed.Katz, 2008.
Druckerman, P. Crianças francesas não fazem manha. São Paulo, Ed. Objetiva, selo Fontanar, 2013.
HERNANDEZ, F. e VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre. Ed. Artmed, 1998.
GARDNER, G. e colls. Inteligências múltiplas ao redor do mundo. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2010.
POZO et alii, J. Nuevas formas de pensar la enseñanza y el aprendizaje. Barcelona, Ed. Graó, 2006.
REIS, A. Cidades Criativas. São Paulo, Ed. SESI, 2012.
RIPLEY, A. As crianças mais inteligentes do mundo. São Paulo, Ed. Três Estrelas, 2014.
SANTOMÉ, J. Currículo escolar e justiça social. Porto Alegre, Ed. Penso, 2013.
Cuadernos de Pedagogía. Pedagogías del siglo XX. Barcelona, Ed. Cisspraxis, 2000.

Visite nosso portal: www.educacao.faber-castell.com.br

Conheça o Portal da Educação

Um espaço criado para você, educador(a), com conteúdos didáticos, paradidáticos, planos de aulas, ideias para atividades, oficinas e muito mais!

O conteúdo desta cartilha, assim como o das anteriores, está disponível também on-line. É só entrar no site.



Conheça o ciclo do EcoLápis e saiba como a Faber-Castell cuida do futuro do planeta



- 1 As sementes são plantadas em viveiros onde são tratadas. Depois de 10 a 15 dias, germinam e continuam sendo cuidadas.
- 2 Quatro meses depois, as mudas são plantadas nos parques florestais da Faber-Castell, em Minas Gerais.
- 3 As árvores em crescimento retiram da atmosfera o gás carbônico, que causa poluição e aquecimento global, e devolvem oxigênio.
- 4 Com 3 anos e 4 metros de altura a árvore tem seus galhos mais baixos podados e deixados no solo, facilitando seu crescimento e fertilizando a terra.

- 5 Faz-se então a colheita parcial, para não deixar o solo exposto, proteger a fauna e aumentar a produtividade do plantio. A colheita final ocorre aos 25 anos, quando outras mudas são plantadas em seus lugares.
- 6 Começa então o processo de industrialização da madeira: as toras com mais de 14cm de diâmetro são levadas para a fábrica.
- 7 As toras mais finas são utilizadas para produzir energia na fábrica, em forma de vapor.
- 8 Na indústria, a madeira é preparada para tornar-se EcoLápis.

- 9 A madeira é cortada em tabuinhas e recebe tratamento de secagem e tingimento, ficando ainda mais macia na hora de apontar.
- 10 Depois do tratamento, as tabuinhas prontas descansam durante 60 dias.
- 11 O EcoLápis começa a tomar forma. Uma máquina abre canaletas nas tabuinhas, onde são coladas as minas de grafite ou de cor.
- 12 Depois, cola-se outra tabuinha com canaletas por cima, formando um "sanduíche" que é prensado. As minas e a madeira tornam-se uma única peça.

- 13 O "sanduíche" é processado no formato dos EcoLápis, que são pintados, envernizados, apontados e carimbados com a marca Faber-Castell.
Depois de embalados, os EcoLápis estão prontos para serem comercializados.



FABER-CASTELL

since 1761

Qualidade e cuidado com o futuro do planeta

Os EcoLápis de cor, grafite e EcoGiz da Faber-Castell são produzidos com madeira 100% reflorestada, de forma sustentável e com a certificação FSC.

EcoLápis Grafite Grip 2001

- Exclusivas esferas antideslizantes: maior conforto e firmeza no traço
- Formato triangular ergonômico: garantia de conforto e melhor escrita
- Ponta Max Resistente: grafite ainda mais resistente e fácil de apagar

EcoLápis de Cor

- Máximo desempenho
- Cores vivas e ótima cobertura
- Ponta Max Resistente

EcoGiz de Cera Bicolor

- Revestimento em madeira: extrarresistente a quebras
- Cores vivas e intensas com ótima cobertura
- Bicolor = mais cores

Diga não aos lápis feitos de madeira nativa ou resina (sem madeira)

Inovação e exclusividade

Canetinha Vai e Vem com sistema exclusivo de amortecimento que protege a ponta contra impactos, garantindo maior durabilidade.



Ergonomia e Conforto

Linha de canetas e marcadores com formato triangular ergonômico que proporcionam maior conforto e melhor escrita.

Destaca Texto Griffpen

- Cores superfluorescentes

Esferográfica Trilux

- Escrita macia sem falhas ou borrões



Estes produtos podem ser reciclados. Vamos limpar o planeta juntos. Aceso: www.terracycle.com.br

A. W. Faber-Castell S. A.

Rua Cel. José Augusto de Oliveira Sales, 1876 • CEP 13560-820 • São Carlos-SP
Tel.: (16) 2106.1000 • Teleendas 0800 701 7099
www.faber-castell.com.br



@Faber_Castell_BR



@FaberCastell_BR



Faber-Castell Brasil